

## RESENHAS/REVIEWS

Raul FIKER<sup>1</sup>

SENNETT, R. *Authority*. Londres: Faber and Faber, 1993. 197p.

O que pode nos revelar uma análise de um fenômeno como o da autoridade a partir de seu lado “interno”, psicológico? Ou, mais precisamente, em seus meandros subjetivos, nos termos da dialética hegeliana do senhor e do escravo? Em *Authority* (publicado nos EUA em 1980), Richard Sennett, autor do clássico *O declínio do homem público* – obra, aliás, em que na grade arqueológica proposta a “personalidade” nada mais é do que o mero resultado da desintegração da sociedade clássica e a crítica da psicologização é levada ao ponto de uma desvalorização da psicologia como uma ciência sem objeto –, propõe justamente este tipo de abordagem e nos revela muita coisa.

O pequeno livro (197 páginas), cuja origem é uma Sigmund Freud Memorial Lecture na Universidade de Londres em 1977 (ano de publicação do *Declínio*), é proposto como o primeiro de uma série de quatro ensaios inter-relacionados sobre os vínculos emocionais da sociedade moderna na perspectiva das complexas relações entre psicologia e política. Os outros três abordariam a solidão, a fraternidade e o ritual.

A delimitação preliminar do conceito passa pela imagem do maestro de orquestra, e pela enumeração de certas características básicas da autoridade, bem como pelas suas relações de intercambialidade com o termo “poder” e vai se tornando mais precisa quando Sennett parte da tensão entre a necessidade e o medo da autoridade para explorar o que ele vê como o dilema da autoridade de nossa época: o fato de

---

<sup>1</sup> Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

sentirmo-nos atraídos por figuras fortes que não acreditamos serem legítimas. Eis uma configuração contraditória em termos de Weber, mas compreensível para Freud, na medida em que caracteriza perfeitamente a experiência adolescente da autoridade (embora a definição freudiana de “legitimidade” não possa escapar de certa estreiteza).

Na primeira parte do livro, são explorados os vínculos da autoridade ilegítima; na segunda, vê-se como vínculos mais legítimos podem vir a ocorrer. Sennett começa mostrando como o próprio ato de rejeição da autoridade pode ser construído de forma à pessoa sentir-se ligada a quem ela está rejeitando. O segundo e o terceiro capítulos descrevem duas imagens de autoridade que são rejeitadas desta maneira: uma imagem de autoridade que professa um falso amor e outra que não professa amor ou consideração alguma pelos outros. Ambas, malignas e baseadas em formas ilegítimas de controle social, constituem uma armadilha aos que as negam. Na segunda metade do livro, o quarto capítulo examina as maneiras pelas quais as pessoas alteram intimamente as formas malignas de autoridade que as fizeram sofrer. O quinto capítulo explora os usos que esta experiência íntima pode ter em relação à autoridade no domínio público. O sexto conclui remetendo novamente à relação entre autoridade e ilusão de onde parte o livro.

Neste percurso, Sennett vai da *Carta ao pai*, de Kafka, ao *Grande inquisidor*, de Dostoiévski; do “orgulho patológico” de Saint-Just à “transparência” ilusória do tirano moderno; recorre a exemplos e ilustrações tão inesperados quanto eficazes: casos clínicos; estudos de técnica de gerenciamento; a experiência utópico-paternalista do empresário George Pullman, o “Lear moderno”, em que uma peculiar combinação de idealismo saint-simoniano e uma capacidade quase mecânica de coordenar uma organização de grande escala num subúrbio de Chicago no fim do século XIX culminou numa das greves mais selvagens até então ocorridas; categorias weberianas; o estudo de Louis Dumont sobre o sistema de castas; personagens de Turgenev; a mulher de André Gide. Para chegar à consciência infeliz de Hegel, eixo da abordagem: a relação com a autoridade deve antes de tudo ser resolvida subjetivamente.

Sennett define dois pólos das formas de autoridade pessoal dominantes na sociedade industrial moderna. Uma é a autoridade sem amor, ou autoridade da autonomia pessoal. Ela opera pelos princípios de indiferença aos outros e *expertise* auto-suficiente que absorve rebeliões de baixo exercendo ainda poderosos controles da vergonha (que substituiu a violência do Antigo Regime) sobre aqueles que são rebeldes. A outra, de início característica de capitalistas individuais e mais tarde absorvida também pelas burocracias socialistas, é uma autoridade de falso amor, a autoridade do paternalismo. Ela opera como uma ostentação de benevolência que existe apenas na medida em que está no interesse do dirigente e requer aquiescência passiva como o preço de ser cuidado, protegido. Entre estes pólos, acrescenta Sennett, “revolve a dependência desobediente, as fantasias de desaparecimento e substituição idealizada, como entre os aborígenes da Nova Guiné que regularmente, ritualmente, ameaçam seu chefe; tendo insultado-o, negado-o, descarregado a raiva sobre ele, eles permanecem seus súditos” (p.131).

Numa das passagens mais interessantes do livro, ao examinar o papel da vítima na teia da autoridade, Sennett nota que, embora o enobrecimento do sofrimento tenha sido o fundamento moral do romantismo, o *status* moral da vítima nunca foi maior ou mais perigoso do que é agora. A capacidade de sofrer é vista como um sinal de coragem humana; as massas são heróicas; seu sofrimento é a melhor medida da injustiça social. A este canibalismo psicológico, Sennett opõe a força que transcende esta postura do “pobre de mim”, de envergar os ferimentos e sofrimentos como medalha de honra, força presente em documentos como a carta de Kafka a seu pai.

Igualmente mistificadora pode ser certa “transparência”. Neste sentido, Sennett procura mostrar que a busca de imagens claras e distintas de autoridade, embora razoável, é perigosa. Já Burckhardt referiu-se aos tiranos da era moderna como “simplificadores brutais”. Uma pessoa pode ser clara e forte ao mesmo tempo, o que é impossível para uma grande burocracia. Ao apelar às virtudes da simplicidade, os líderes autoritários tentam quebrar ou descartar a máquina comum de governo para que possam governar somente por meio da força da personalidade. O poder só é aliviado de sua complexidade por mentiras sobre o que ele é. O que não desqualifica as exigências de que as figuras de autoridade pública sejam legíveis e visíveis. E se elas podem ser lidas a partir dos processos subjetivos descritos através do livro, esta leitura pode ocorrer também na vida pública. Isto ocorre nas ocasiões em que a estrutura elementar do poder, a cadeia de comando, é rompida. Toda a parte final do livro trata das várias maneiras em que isto pode acontecer.

Tais rupturas, longe de criar o caos ou destruir a sensação de que alguém com força está no comando, ofereceriam aos governados uma oportunidade de negociar com seus dirigentes e ver com mais clareza o que estes podem e não podem – devem e não devem – fazer. O resultado destas rupturas seria remover a qualidade de onipotência das figuras de autoridade na cadeia de comando. Para Sennett, vincular autoridade e desordem é simplesmente levar a sério o ideal de democracia.